ANCEP NOTÍCIAS

Seminário internacional ajuda a enfrentar os muitos desafios

25/11/19

O secretário de Previdência, Leonardo Rolim, abriu na quinta-feira (21), em Brasília, o **2º Seminário Internacional de Previdência Complementar**, cujo tema é o papel da previdência complementar em meio ao cenário atual de mudanças. Rolim destacou uma das novidades estabelecidas pela emenda constitucional nº 103, que instituiu a Nova Previdência: o prazo de até dois anos para que todos os estados e municípios que já possuem Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) passem a disponibilizar, a seus servidores, opção de previdência complementar. Participaram também Lucio Capelletto, titular da Previc, Paulo Valle, Subsecretário do Regime de Previdência Complementar e Solange Vieira, titular da Susep. Foram 18 expositores, ajudando com isso a formar um quadro geral bem abrangente. A ANCEP foi representada pelo Presidente de seu Conselho Deliberativo, Dionísio Jorge da Silva (foto)

“A emenda 103 torna obrigatória a criação de regimes complementares de previdência. Isso faz parte de uma política de igualar as regras entre todos os regimes: na medida em que os entes serão obrigados a criar a previdência complementar, o teto será o mesmo para todos. E a expectativa é que os estados e municípios adotem regras de benefício iguais às da União, para que, de fato, todas as regras sejam iguais”, disse Rolim.

Lúcio Capelletto sublinhou a contribuição da Previc para o aprimoramento da governança e dos controles das entidades fechadas, algo especialmente importante no momento em que se apresenta o desafio da queda dos juros e do crescimento da longevidade.

"Há um gap de passivos que ainda precisa ser enfrentado", disse também Capelletto, que frisou a necessidade de profissionais cada vez mais qualificados. Previu que com a reforma irá crescer a demanda pela previdência complementar e pregou a necessidade de se reduzir as assimetrias entre as entidades fechadas e abertas.

O subsecretário Paulo Valle, anfitrião do evento, que teve um ótimo público, começou a chamar a atenção para o grande número de desafios, a começar do declínio dos juros, que nunca estiveram tão baixos. Falou também do aumento da longevidade.

Em sua palestra Valle salientou o muito que se tem trabalhado no sentido de colocar a agenda do CNPC a serviço de uma base legal e normativa favorável ao fomento do sistema, observando que esse trabalho tem sido desenvolvido com muita harmonia entre os órgãos do Governo e as entidades como Abrapp, Ancep e Anapar.

Nesse sentido, lembrou que o instituto da inscrição automática foi incluído na PEC Paralela já aprovada pelo Senado e remetida para apreciação pela Câmara.

A superintendente da Superintendência de Seguros Privados (Susep), Solange Vieira, falou sobre os desafios da previdência complementar fechada, que envolve os chamados fundos de pensão, e da previdência complementar aberta (ofertada por bancos e seguradoras à população em geral). “O Brasil tem um potencial grande de crescimento. O caminho é um caminho sem volta de unificação da previdência aberta e previdência fechada: as regras precisam ser unificadas e a portabilidade precisa ser plena entre esses dois setores”, disse Solange.

Os reflexos da Nova Previdência no setor de previdência complementar foram debatidos nos dois dias do seminário internacional, realizado no Instituto Serzedello Corrêa (ISC) do Tribunal de Contas da União (TCU). O evento se encerrou nesta sexta-feira (22). (**ANCEP e Secretaria Especial de Previdência e Trabalho**)

EDF-Reinf: seminário será apresentado na próxima sexta-feira em São Paulo

O seminário **Nova EFD Reinf V.2.1., DCTFWEB e Relação com o e-Social** será apresentado pela ANCEP na próxima sexta-feira, dia 29, em **São Paulo,** onde o número de inscritos, já se aproximando de 60, reforça a imagem positiva de nossa programação de treinamento.

Mesmo porque esse tipo de evento atrai não apenas os contadores mas também aos profissionais de RH.

E estará valendo 8 pontos nos programas de educação continuada dos CRCs e ICSS. É hora, portanto, de os profissionais desejosos de acrescentar créditos para fins de certificação e recertificação fazerem um balanço da pontuação de que ainda precisam e se inscrever.

Em todas as apresentações contará com a presença de um especialista sempre muito festejado por seu conhecimento e didática, Edgar Grassi, conselheiro de nossa Associação

Esse ´é um treinamento que compreende os novos Leiautes da EFD-Reinf versão 2.1 disponibilizados em 28/08/2019. Essa nova obrigação acessória - que tem como prazo de entrega a partir de 10 de janeiro de 2020, aplica-se aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2020.

Ancepianos se mobilizam para evento no Rio no dia 6 de dezembro

Os ancepianos se preparam para o seminário **Soluções para a Gestão de Planos de Previdência Complementar Frente ao Atual Cenário,** que vai acontecer no Rio de Janeiro, em 6 de dezembro. Tanta mobilização não é para menos, considerando que o evento vai reunir destacados especialistas no exato momento em que o País conclui a reforma da Previdência e as entidades fechadas e seus profissionais se deparam com um amplo cenário de desafios e oportunidades geradas pelas mudanças nas regras.

José Edson da Cunha Júnior, Consultor Sócio da JCM Consultores e um dos expositores no seminário, também tem palavras que definem a importância do evento: "O evento certo no momento em que precisa acontecer e envolvendo os especialistas que melhor podem analisar as oportunidades que se abrem nessa hora histórica que vivemos"

José Edson, com passagens pelo órgão supervisor, CNP e CRPC, é tido como um dos maiores conhecedores de nosso sistema e observa ainda que "esse super seminário irá fornecer uma análise abrangente e profunda de um quadro que acaba de se formar".

Maiores informações podem ser acessadas e inscrições feitas em www.ancep.org.br

Seguem os 4 painéis e os respectivos expositores: Módulo I – **Diagnóstico da Previdência Complementar no Brasil – Pós Reforma do RGPS** (1:30 hs). Palestrante: José Edson Cunha – JCM Consultores, Módulo II – **Cenário Macro Econômico e as Tendências dos Investimentos dos Fundos de Pensão** (1:15 hs). Palestrantes: André Meireles (Sócio da Way Investimentos) e André Laport (Vinland Capital), Módulo III – **Desafios na Gestão dos Planos de Previdência Complementar** (1:45hs) Palestrante: Paulo Gama – Wedan Consultoria e Assessoria Atuarial e Módulo IV – **Otimização da gestão previdenciária e minimização de riscos** – (1:45 hs) Palestrante: Daniel Pereira – Wedan Consultoria e Assessoria Atuarial.

Petros pode investir 10% da carteira no exterior e começa a escolher gestores

A Petros, que já chegou a um patrimônio de R$ 100 bilhõe, decidiu investir 10% disso no exterior, diz nota curta na coluna do jornalista Lauro Jardim em O Globo.

O jornalista completa informando que em breve a entidade começará a escolher os gestores desses investimentos lá fora.

Petros e lideranças dos trabalhadores fecham acordo sobre novo plano para equacionar déficit

O portal da Federação Única dos Petroleiros (FUP) e o site SOS Petros noticiavam no início da tarde da última sexta-feira (22) que os participantes, aposentados e pensionistas dos Planos Petros do Sistema Petrobrás - Repactuados e Não Repactuados (PPSP-R e PPSP-NR) - têm até o dia 30 de novembro para se posicionarem sobre a proposta alternativa ao atual Plano de Equacionamento (PED).

A proposta foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da FUP, após ser finalizada pelo Grupo de Trabalho Petros, com a participação da FUP, FNP, FTTNAA e FENASPE, além de representantes da Petros e da Petrobrás.

No início da noite desta quinta-feira (21), a FNP, juntamente com demais entidades, conselheiros eleitos e a Petros, chegaram a definição da minuta do plano Petros para equacionar o déficit. À minuta foi incorporada sugestões apresentadas pela FNP e demais entidades. A reunião foi realizada na sede da Fundação.

O SOS Petros destaca que após a decisão do STJ de suspensão das ações que evitavam o pagamento do equacionamento, a categoria ficou descoberta passando a pagar o abusivo desconto. Diante disso, avaliou-se que o acordo proposto é uma necessidade para manutenção do plano e redução do impacto financeiro para a categoria, embora seja um remédio amargo.